

EQUIDADE NO CUIDADO E ACOLHIMENTO DA POPULAÇÃO INDÍGENA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

EQUITY IN CARE AND WELCOME TO THE INDIGENOUS POPULATION IN THE UNIFIED HEALTH SYSTEM

Resumo: Este artigo apresenta uma revisão integrativa da literatura acerca do cuidado e do acolhimento destinados à população indígena no Sistema Único de Saúde (SUS), com o intuito de compreender de que modo o sistema tem reconhecido e incorporado as particularidades culturais no atendimento a esses povos. O objetivo central consiste em discutir a atenção à saúde indígena, analisando as estratégias voltadas à promoção da equidade e os obstáculos que dificultam a efetivação dessas práticas. A metodologia utilizada corresponde a uma revisão integrativa de publicações dos últimos cinco anos, em língua portuguesa, disponíveis nas bases Google Acadêmico, SciELO e CAPES, a partir dos descritores “População indígena”, “Equidade” e “Atenção à saúde”. Foram incluídos estudos qualitativos e excluídas produções duplicadas, incompletas, em outros idiomas ou com mais de cinco anos, bem como revisões, livros e pesquisas puramente quantitativas. Os achados foram agrupados em três eixos: Políticas Públicas, Desafios e Estratégias. Dentre as políticas mais citadas destacam-se a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), o Programa Mais Médicos (PMM) e os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). Os principais entraves dizem respeito ao acesso limitado aos serviços, à falta de preparo técnico e cultural dos profissionais e às barreiras linguísticas. As ações promissoras envolvem metodologias participativas, presença de agentes indígenas, formação permanente e parcerias institucionais. Conclui-se que, apesar dos avanços normativos, ainda há desafios significativos para consolidar um cuidado equitativo e culturalmente sensível, exigindo maior investimento em capacitação e na participação indígena nos processos decisórios em saúde.

Palavras-chave: População indígena. Equidade. Atenção à saúde.

Abstract: This article presents an integrative literature review regarding the care and welcoming provided to the indigenous population within the Unified Health System (SUS), aiming to understand how the system has recognized and incorporated cultural particularities in the care for these communities. The central objective is to discuss indigenous health care, analyzing strategies aimed at promoting equity and the obstacles that hinder the implementation of such practices. The methodology used corresponds to an integrative review of publications from the last five years, in Portuguese, available in the Google Scholar, SciELO, and CAPES databases, based on the descriptors "Indigenous Population," "Equity," and "Health Care." Qualitative studies were included, and duplicate, incomplete, non-Portuguese publications, or those older than five years were excluded, as well as reviews, books, and purely quantitative research. The findings were grouped into three axes: Public Policies, Challenges and Strategies. Among the most cited policies are the National Policy for Healthcare for Indigenous Peoples (PNASPI), the More Doctors Program (PMM), and the Special Indigenous Health Districts (DSEI). The main obstacles relate to limited access to services, the lack of technical and cultural training of professionals, and language barriers. Promising initiatives involve participatory methodologies, the presence of Indigenous agents, ongoing training, and institutional partnerships. The conclusion is

Giovane Sampaio Dos Santos¹

Helena de Aragão Fialho²

Wesley Késsio Mota Pinheiro³

Letícia Menezes Fonseca⁴

Veruska Cronemberger N. Rebêlo⁵

Janaína de Moraes Silva⁶

¹ Universidade Estadual do Piauí.

² Preceptora do Programa Pet-Saúde Equidade.

³ Universidade Estadual do Piauí.

⁴ Universidade Estadual do Piauí.

⁵ Universidade Estadual do Piauí.

⁶ Universidade Estadual do Piauí

that, despite regulatory advances, significant challenges remain in consolidating equitable and culturally sensitive care, requiring greater investment in training and Indigenous participation in health decision-making processes.

Keywords: Indigenous population. Equity. Health care.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 garante que a saúde é direito de todos e dever do Estado, reconhecendo simultaneamente os povos indígenas como sujeitos de direitos específicos, entre os quais “o respeito à sua organização social, costumes, crenças e tradições” (Brasil, 1988, art. 231). Com base nesses fundamentos legais, foi criado o Subsistema Especial de Saúde Indígena por meio da Lei n.º 9.836/1999, e instituída a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) em 2002. Essa política orienta que a atenção à saúde indígena do SUS deva contemplar a diversidade social, cultural, geográfica, histórica e política desses povos, reconhecendo os saberes tradicionais como parte integrante da prática de cuidado (Brasil, Ministério da Saúde, 2002).

A Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) coordena atualmente os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), supervisionando equipes que atuam na atenção primária, com aporte para saneamento e promoção de saúde, considerando as especificidades epidemiológicas e socioculturais das

comunidades indígenas. Apesar dos avanços estruturais e das normas, estudos qualitativos indicam persistência de barreiras culturais, linguísticas, logísticas e de preconceito institucional que comprometem o acolhimento humano e efetivo desses povos.

Os dados do Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam algumas dessas dimensões sociais: atualmente, a população indígena residente no Brasil é de cerca de 1.693.535 pessoas, correspondendo a 0,83% da população total do país (IBGE, 2024). Desse contingente, 53,97% residem em áreas urbanas, enquanto 46,03% vivem em áreas rurais (IBGE, 2024). Outros recortes mostram que, em Terras Indígenas, houve diminuição da taxa de analfabetismo, passando de 32,3% em 2010 para 20,8% em 2022 (IBGE, 2024), embora ainda distante da média nacional, que em 2022 foi de 93% de alfabetização entre pessoas com 15 anos ou mais (IBGE, 2024). Esses indicadores evidenciam vulnerabilidades socioeconômicas e disparidades estruturais que interagem com fatores culturais na experiência de saúde e no acesso ao SUS.

No quesito de pesquisas integrativas sobre esse tema, observa-se uma relativa

escassez de análises aprofundadas, que consigam reunir de forma dinâmica e com ênfase na prática, o acolhimento cultural no contexto do SUS indígena, especialmente no que se refere à forma como as práticas de cuidado dialogam com saberes tradicionais e especificidades socioculturais. Além disso, ainda são limitados os estudos que juntam todos os relatos práticos e, com isso, avaliam de maneira crítica a implementação das políticas públicas voltadas à saúde indígena, bem como o cotidiano das práticas profissionais nesse cenário.

Diante desse contexto, o presente artigo propõe-se a realizar uma revisão integrativa da literatura científica para debater as evidências disponíveis sobre o cuidado e acolhimento da população indígena no SUS com o intuito de questionar e, ao menos tentar, através da apresentação das estratégias, preencher as lacunas científicas presentes nos cursos de saúde, marcados pela escassez de disciplinas e a ausência de questionamentos focados no bem-estar indígena. Ademais, busca suprir também, essas mesmas lacunas, nas pesquisas recentes que possuem um foco maior em questionamento mais históricos, sociológicos e constitucionais. Tendo esta pesquisa um foco maior em ideias de intervenções mais práticas,

Como objetivos específicos, pretende-se: Identificar estudos que abordam práticas de cuidado e acolhimento para indígenas no Sistema Único de Saúde, analisar as

estratégias descritas nos estudos selecionados que visam à incorporação da equidade no atendimento à população indígena e sintetizar os principais desafios apontados na literatura relacionados à prestação de cuidados culturalmente sensíveis à população indígena.

METODOLOGIA

A metodologia empregada neste estudo consistiu em uma revisão integrativa da literatura, cuja finalidade foi reunir, analisar e sintetizar evidências científicas recentes acerca do cuidado e da equidade na atenção à saúde da população indígena. Essa forma de pesquisa de acordo com Souza *et al* (2010), apud Santos *et al* (2025), se apresenta como uma junção de conhecimentos e como essa junção, ao se transformar em novos saberes, pode ser aplicado para a resolução da questão inicial em estudos significativos e práticos.

As buscas para a pesquisa foram realizadas entre os meses de junho e outubro de 2025 e o recorte temporal considerou publicações dos últimos cinco anos (2020-2025), escritas em língua portuguesa e disponíveis nas bases de dados Google Acadêmico, SciELO e Periódicos CAPES, de modo a garantir a atualidade e a relevância das informações. Utilizaram-se como descritores controlados os termos “Povos indígena”, “Equidade” e “Atenção à saúde”, combinados entre si por meio do operador booleano

“AND”, visando à ampliação e precisão do corpus analítico, ficando da seguinte forma: “Povos indígenas” AND “Equidade” AND “Estratégias” AND “Atenção à Saúde”. Os critérios de inclusão contemplaram estudos de natureza qualitativa, como relatos de experiência, pesquisas de campo, estudos descritivos e investigações de cunho interpretativo, desde que abordassem diretamente as práticas de cuidado e os princípios de equidade no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). Foram excluídas do levantamento produções como livros, trabalhos de conclusão de curso, documentários, revisões meramente bibliográficas, tendo em vista que o ponto central dessa pesquisa era ler estudos e pesquisas que demonstrassem na prática os objetivos almejados, publicações incompletas, duplicadas, em outros idiomas, buscando deixar a pesquisa o mais nacional e brasileira possível, já que o foco era em como os profissionais brasileiros e a legislação brasileira lidavam com os indígenas brasileiros, bem como pesquisas de abordagem exclusivamente quantitativa, pois buscava-se compreender apenas pontos qualitativos nos objetivos.

Assim 16 artigos foram selecionados e após a triagem e leitura criteriosa do material selecionado, os achados foram organizados em três categorias temáticas, seguindo o modelo de Braun e Clarke (2006): (1) Políticas públicas direcionadas à saúde

indígena; (2) Desafios estruturais e institucionais na efetivação da equidade; e (3) Estratégias e práticas promotoras de um cuidado culturalmente sensível e humanizado.

RESULTADOS

Tabela 1: Resumos e resultados dos 16 artigos

| Artigos | Autores e ano | Principais pontos abordados |
|---|-------------------------------|---|
| Ala hospitalar diferenciada: perspectivas de atendimento humanizado aos indígenas para o tratamento da Covid-19 no Hospital Nilton Lins em Manaus | Pedraça <i>et al</i> (2020) | Este estudo aborda os desafios enfrentados pelos povos indígenas do Amazonas, em especial os que vivem em Manaus e sua região metropolitana. Eles sofrem com a invasão de suas terras e a apropriação de seus recursos e costumes, o que causa um profundo impacto em sua dignidade e modo de vida. Diante desse cenário, a pesquisa se concentra na instalação de uma ala especial no Hospital Nilton Lins para o tratamento de pacientes indígenas com COVID-19. O objetivo é analisar essa iniciativa que busca oferecer um atendimento mais humanizado e respeitoso, que leve em conta as particularidades culturais e sociais desses povos. A metodologia do estudo é baseada em análise documental, incluindo relatos históricos, entrevistas e depoimentos de profissionais de saúde com experiência no atendimento a comunidades indígenas. A ideia é mostrar que esses povos têm o direito a um tratamento diferenciado e digno. A pesquisa também destaca uma mudança importante: enquanto antes os profissionais de saúde iam até as aldeias para atender os pacientes, agora os indígenas poderão procurar o sistema de saúde por conta própria, em um ambiente que respeita a sua cultura. |
| Assistência de enfermagem a um paciente indígena em terapia intensiva em hospital universitário federal: relato de experiência | Fernandes <i>et al</i> (2022) | O artigo relata a vivência de uma enfermeira que prestou assistência a um paciente indígena em uma UTI de um Hospital Universitário Federal no Pará. O principal obstáculo enfrentado foi a barreira linguística, que a enfermeira superou ao envolver o acompanhante do paciente, facilitando o sucesso do tratamento. O estudo aponta a necessidade urgente de qualificar os profissionais de saúde para atender a pacientes indígenas. Atualmente, o cuidado é muitas vezes marcado por preconceito e focado na individualidade, sem considerar os aspectos culturais. O texto defende que a formação dos profissionais deve focar no acolhimento, no acesso facilitado e na integralidade do cuidado oferecido a esses povos. |
| Atuação da enfermagem na assistência a população indígena do polo base do interior do Amazonas | Gomes e Reis (2021) | O objetivo deste estudo foi investigar a atuação da equipe de enfermagem no polo-base Mamori, que atende à população indígena de Eirunepé, no Amazonas. A pesquisa qualitativa, realizada de dezembro de 2019 a janeiro de 2020, entrevistou 12 profissionais (enfermeiros e técnicos). Os resultados mostram que a equipe de enfermagem desenvolve práticas adaptadas ao contexto social e cultural das duas etnias atendidas. A conclusão é que esses profissionais conseguem oferecer uma assistência eficaz e respeitosa, incorporando os saberes tradicionais dos povos indígenas em suas estratégias de cuidado. |
| Atuação profissional e as competências culturais necessárias para o trabalho na Saúde Indígena | Mendes <i>et al</i> (2024) | O objetivo deste estudo foi descrever o papel dos enfermeiros na saúde indígena e as habilidades essenciais para a sua atuação. A pesquisa, que teve uma abordagem descritiva, foi realizada com nove enfermeiros do DSEI Amapá e Norte do Pará. Os dados foram coletados por meio de entrevistas, transcritas e analisadas por um software, o que resultou em dois eixos principais: "Perfil Profissional e Habilidades" e "Competências". A análise revelou que os enfermeiros, ao serem inseridos em contextos culturais tão distintos sem a devida preparação, enfrentam dificuldades. A falta de um treinamento prévio impacta negativamente o trabalho, forçando-os a adotar estratégias que são, muitas vezes, ineficazes e demoradas. O estudo conclui que a formação e o desenvolvimento de competências específicas são fundamentais para que o trabalho desses profissionais seja mais efetivo e alinhado com as necessidades das comunidades indígenas. |
| Cultura e espaço de cuidado às crianças indígenas: adaptação | Muniz <i>et al</i> (2024) | O objetivo deste estudo foi investigar, a partir da perspectiva de profissionais de saúde, a dinâmica do atendimento a crianças indígenas no Hospital da Criança Santo Antônio (HCSA), localizado em Boa Vista, Roraima. A pesquisa, de abordagem qualitativa, incluiu 16 profissionais que prestam assistência a essa população. Os dados foram coletados por meio de |

| | | |
|--|----------------------------------|---|
| cultural hospitalar na perspectiva dos profissionais | | entrevistas semiestruturadas e analisados com a técnica de análise de conteúdo de Bardin, utilizando o software Iramuteq. Os resultados indicam que a assistência à saúde indígena enfrenta grandes desafios, que comprometem a qualidade e a eficiência dos serviços. As principais dificuldades incluem a descontinuidade no tratamento, a falta de profissionais especializados e a ausência de intérpretes. Essas barreiras, especialmente as linguísticas e culturais, prejudicam o acesso a cuidados adequados. |
| Desafios e oportunidades na promoção e educação em saúde em comunidades indígenas: relato de experiência | Gomes <i>et al</i> (2023) | Este relato descreve a experiência de alunos e professores de duas universidades do Vale do São Francisco em um projeto focado em comunidades indígenas. O objetivo era desenvolver habilidades para atender às necessidades de saúde desses povos. Durante a ação, os participantes entenderam a complexidade do sistema de saúde indígena e construíram uma relação de respeito e diálogo, tratando os indígenas como protagonistas. O projeto mostrou a importância de superar preconceitos e estereótipos para um atendimento mais humanizado. A experiência também destacou os desafios de saúde enfrentados por essas comunidades, a necessidade de políticas públicas específicas e a lacuna na formação de profissionais para atuar nessa área. O estudo conclui que as universidades precisam assumir um compromisso social e garantir uma formação mais inclusiva e abrangente, preparando futuros profissionais para oferecer uma assistência de qualidade e humanizada. |
| Estratégia saúde da família em uma aldeia indígena localizada no interior do Maranhão | Carvalho <i>et al</i> (2020) | Esta pesquisa documental e bibliográfica, realizada na UBS Krikati, na aldeia São José, em Montes Altos, teve como objetivo descrever o trabalho da equipe de saúde local. A análise utilizou dados de publicações sobre saúde indígena e políticas públicas. O estudo revelou que a equipe de saúde da UBS Krikati atua em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. A assistência vai desde consultas de rotina e vacinação até o acompanhamento de grupos específicos (como crianças e idosos) e a vigilância de doenças como diabetes, hipertensão, tuberculose e diarreia. A conclusão é que a Estratégia Saúde da Família desempenha um papel fundamental. O trabalho da equipe garante um cuidado de saúde integral e respeitoso para a população Krikati, considerando sua diversidade cultural e social e, assim, fortalecendo a saúde da comunidade. |
| Importância do atendimento qualificado a indígenas com tentativa de suicídio: relato de experiência | Almeida <i>et al</i> (2020) | Este artigo apresenta a experiência de atendimento a indígenas Karajás que buscaram ajuda em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) devido a tentativas de suicídio. A pesquisa, que ocorreu entre 2014 e 2018, é um recorte de um estudo qualitativo mais amplo sobre o cuidado e a prevenção ao suicídio em povos indígenas. O relato destaca que o atendimento psicológico se mostrou um importante instrumento de mediação interétnica, ajudando os indígenas a dar um novo sentido ao sofrimento que estavam vivenciando. A experiência sublinha a necessidade crucial de qualificar os profissionais de saúde para oferecer um cuidado psicossocial que seja humanizado, sem estigmas, e que respeite a individualidade de cada indígena |
| O Programa Mais Médicos na saúde indígena: o caso do Alto Solimões, Amazonas, Brasil | Schweickardt <i>et al</i> (2020) | Este estudo explorou, por meio de entrevistas com 44 profissionais e 30 usuários indígenas, o impacto do Programa Mais Médicos (PMM) na atenção à saúde indígena. A pesquisa também incluiu observação de campo e análise de registros de saúde. Os resultados indicam que o PMM proporcionou uma presença mais estável de médicos, na maioria cubanos, o que reorganizou o trabalho das equipes. Isso levou a uma melhoria nos registros de informações, aprimoramento em programas de parto e puerpério e avanços nos indicadores de saúde do pré-natal. A conclusão é que a implementação do PMM trouxe progressos significativos para a Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena em pouco tempo. Apesar disso, ainda existem desafios a serem superados, como barreiras culturais e a sustentabilidade do programa. O estudo sugere que essa experiência seja analisada em mais profundidade e que suas lições sejam aplicadas em outros contextos, especialmente na formação de novos profissionais de saúde. |
| Percepções da equipe de enfermagem no atendimento à população indígena em uma | Vital <i>et al</i> (2023) | Este estudo qualitativo, realizado em uma Unidade Básica de Saúde em Manaus, buscou entender como a equipe de enfermagem percebe o atendimento à população indígena. A pesquisa, que entrevistou seis técnicos de enfermagem e uma enfermeira, revelou os principais desafios enfrentados. Os resultados destacam as barreiras culturais e linguísticas como os maiores obstáculos. A equipe notou a resistência dos indígenas em aceitar a medicina ocidental e a dificuldade de |

| | | |
|--|--------------------------------------|--|
| <p>unidade básica de saúde na cidade de Manaus</p> | | <p>comunicação. A conclusão aponta para a necessidade de capacitação contínua para que os profissionais compreendam e respeitem os hábitos e a cultura indígena, elementos cruciais para oferecer uma assistência de qualidade e humanizada.</p> |
| <p>Programa mais médicos e as comunidades indígenas do norte da Bahia: Relato de experiência</p> | <p>Guimarães <i>et al</i> (2022)</p> | <p>Este trabalho descreve a experiência de profissionais do Programa Mais Médicos que atuaram em comunidades indígenas do norte da Bahia, na região de Paulo Afonso. Essas comunidades enfrentam baixas condições socioeconômicas e sofrem com os efeitos da urbanização. Durante o programa, foi notado que os povos indígenas da região carregam traumas psicológicos de lutas por território, repressão histórica e do preconceito ainda existente. Embora o estudo destaque a dedicação dos médicos do programa em oferecer cuidado a essas comunidades, também ressalta um problema persistente: a dificuldade em preencher as vagas para atendimento nas áreas indígenas. Nos últimos anos, os editais não conseguiram contratar médicos para a vaga em aberto na região de Paulo Afonso.</p> |
| <p>Proteção e acesso à saúde dos povos indígenas no Brasil no contexto pandêmico: a insurgência indígena</p> | <p>Santos <i>et al</i> (2024)</p> | <p>Esta pesquisa focou na população indígena, que enfrenta sérios problemas estruturais. O objetivo foi entender como o acesso e a proteção à saúde desses povos foram garantidos durante um período de políticas anti-indígenas. Para isso, foram analisados documentos de março de 2020 a março de 2022, incluindo normas do Poder Executivo, usando o software Atlas.Ti®. Os resultados mostraram que as articulações e ações de base dos próprios povos indígenas foram cruciais para a proteção de suas vidas e identidades. O estudo utilizou a Bioética Latino-americana como base para analisar os achados, oferecendo uma compreensão crítica e social da situação. O estudo argumenta que a pandemia representou uma dupla vulnerabilidade para os indígenas: uma situação de fragilidade já existente foi agravada pela falta de apoio governamental. As decisões políticas foram vistas como prejudiciais, especialmente em um contexto de discursos negacionistas e um sistema de saúde indígena fragilizado. No entanto, a pesquisa ressalta que, diante do descaso do Estado, os movimentos de base indígenas se organizaram de forma engenhosa. Essa "insurgência" permitiu que eles tomassem o controle da situação, disseminando informações, monitorando dados e trocando conhecimentos entre comunidades. Essa mobilização, que incluiu ações jurídicas e a aprovação de projetos de lei, foi fundamental para proteger e salvar vidas</p> |
| <p>Relato de experiência: formação técnica profissional e educação inclusiva através da promoção da saúde bucal em uma comunidade indígena</p> | <p>Tatibana <i>et al</i> (2024)</p> | <p>do Instituto Federal do Paraná (IFPR) realizado na Comunidade Indígena Apucarantina, no norte do Paraná. O objetivo da ação foi promover a saúde bucal de forma inclusiva, unindo estudantes indígenas e não indígenas. A metodologia adotada incluiu o uso de teatro mudo para superar as barreiras de linguagem, demonstrações de escovação e uso de fio dental, e orientações para as mães. As crianças da Aldeia Barreiro foram avaliadas pelo Índice de Higiene Oral Simplificado (IHOS) antes e depois de uma escovação supervisionada. O projeto resultou em uma rica troca de conhecimentos entre alunos, professores, profissionais e a comunidade. Houve uma melhora nas práticas de higiene bucal na aldeia e um grande aprimoramento na formação profissional e humana dos estudantes. A experiência evidenciou a importância de unir teoria e prática, seguindo a filosofia de Paulo Freire, e demonstrou o valor de uma educação que se adapta às realidades culturais. O trabalho recomenda que ações como essa sejam expandidas, com o objetivo de formar profissionais de saúde mais conscientes e preparados para atuar em comunidades vulneráveis.</p> |
| <p>Saúde indígena: desafios encontrados pelos enfermeiros para atender às necessidades de saúde de tribos indígenas do município de Ji-Paraná/RO</p> | <p>Costa <i>et al</i> (2023)</p> | <p>O objetivo deste estudo foi analisar as dificuldades e os desafios vividos por enfermeiros que atuam no cuidado à saúde da população indígena em um Polo-Base no município de Ji-Paraná, Rondônia. A pesquisa, com abordagem qualitativa e exploratória, utilizou entrevistas com nove enfermeiros para coletar os dados. Os resultados obtidos revelaram uma série de aspectos importantes sobre a atuação desses profissionais. As entrevistas foram organizadas em categorias que abordam suas motivações, os obstáculos encontrados, a necessidade de adaptação cultural, o papel da capacitação e suas responsabilidades nesse contexto. A conclusão do estudo aponta para a necessidade urgente de programas de treinamento contínuos e de maiores investimentos na área para aprimorar a assistência. Além disso, sugere a realização de mais estudos para embasar a criação de estratégias de cuidado mais eficazes e adaptadas a essa realidade.</p> |

| | | |
|---|------------------------------|---|
| Saúde indígena em tempo de Covid-19: o protagonismo da enfermagem | Rocha <i>et al</i> (2020) | O objetivo foi descrever a sistematização de ações de promoção da saúde e cuidado integral para a população indígena e os trabalhadores. A metodologia utilizada baseou-se na Teoria da Intervenção Prática da Enfermagem em Saúde Coletiva (TIPESC), um modelo teórico que orienta o planejamento, a execução e a avaliação das práticas de enfermagem. A aplicação da TIPESC, que envolve cinco etapas, permitiu organizar as ações em um cenário de adversidades. A experiência mostrou que, mesmo diante de condições geográficas difíceis e com a população indígena sendo um grupo de alto risco, as ações de enfermagem em vigilância e promoção da saúde foram cruciais. O trabalho contribuiu para minimizar o avanço da doença e reduzir a taxa de mortalidade entre os indígenas. |
| Vivências relatadas por profissionais de saúde na transição do cuidado de pessoas indígenas | Oliveira <i>et al</i> (2022) | O objetivo deste estudo foi compreender a vivência de profissionais de saúde na qualificação do cuidado oferecido à população indígena, especialmente durante a transição entre diferentes etapas do tratamento. A pesquisa qualitativa foi realizada com entrevistas semiestruturadas, direcionadas a profissionais que possuem experiência na transição do cuidado de indivíduos da etnia Xikrin em uma cidade do sudeste do Pará. A análise de conteúdo das entrevistas mostrou que a barreira de comunicação tem um impacto significativo na qualidade e na continuidade do tratamento. Essa dificuldade, que é influenciada tanto por fatores culturais quanto pela capacitação dos profissionais, pode ser atribuída a uma lacuna na formação acadêmica. A pesquisa conclui que a falta de preparo adequado dos profissionais na área de saúde indígena prejudica a adesão dos pacientes aos serviços e a continuidade de seus tratamentos. |

Fonte: Santos *et al*, 2025.

Políticas Públicas Direcionadas a saúde indígena

A formulação de políticas públicas direcionadas aos povos indígenas configura-se como um processo contínuo do Estado brasileiro, orientado pela necessidade de assegurar o direito à saúde em consonância com a diversidade cultural, conforme estabelecido na Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), instituída em 1999. Tal política normatiza o funcionamento dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), concebidos para proporcionar uma atenção diferenciada, descentralizada e participativa. Entretanto, estudos recentes indicam que a consolidação dessas diretrizes enfrenta entraves de ordem estrutural, cultural e política.

A literatura aponta que a Estratégia Saúde da Família (ESF) desempenha papel central na promoção da saúde em aldeias indígenas, ao desenvolver ações preventivas e educativas ajustadas às especificidades culturais e sociais dessas comunidades (Carvalho *et al.*, 2020). De forma complementar, pesquisas de Schweickardt *et al.* (2020) e Guimarães *et al.* (2022) evidenciam que o Programa Mais Médicos (PMM) contribuiu para a ampliação da presença de profissionais em regiões de difícil acesso, fortalecendo a atenção primária e elevando indicadores de saúde, embora persistam limitações quanto à fixação desses profissionais em territórios indígenas.

No contexto da pandemia de COVID-19, Pedraça *et al.* (2020) e Santos *et al.* (2024) destacam a implementação de estratégias institucionais e comunitárias voltadas à proteção dos povos indígenas. A criação de alas hospitalares específicas e a mobilização de lideranças locais revelaram tanto a capacidade das políticas públicas quando articuladas às demandas territoriais quanto as fragilidades do suporte governamental em períodos críticos. Tais experiências evidenciam a relevância da participação indígena na gestão e execução das ações de saúde.

Outros estudos, como os de Mendes *et al.* (2024), Vital *et al.* (2023) e Costa *et al.* (2023), enfatizam a importância da formação intercultural de profissionais da saúde, apontando que a carência de preparo técnico e de sensibilidade cultural compromete a efetividade das políticas existentes. A inclusão de conteúdos sobre saúde indígena nos currículos da área da saúde e a oferta de programas de capacitação contínua são consideradas estratégias essenciais para consolidar um modelo de atenção que reconheça os saberes tradicionais e favoreça o diálogo entre diferentes racionalidades médicas.

Assim, apesar dos avanços observados com a PNASPI, o PMM e os DSEIs, a consolidação das políticas públicas de saúde indígena demanda maior integração entre Estado, profissionais e comunidades. O

aprimoramento dessas ações requer investimentos sustentáveis, qualificação permanente das equipes e fortalecimento de práticas de cuidado intercultural, voltadas à equidade e à efetivação dos direitos constitucionais à saúde e à dignidade dos povos indígenas.

Desafios estruturais e institucionais na efetivação da equidade

O atendimento à população indígena no Sistema Único de Saúde (SUS) ainda é permeado por inúmeros desafios estruturais, culturais e políticos que comprometem a efetividade das políticas públicas. Embora a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) estabeleça diretrizes para um cuidado diferenciado e intercultural, diversos estudos mostram que sua implementação enfrenta obstáculos relacionados à falta de recursos, à ausência de profissionais capacitados e à inadequação dos serviços às realidades culturais das comunidades.

De acordo com Vital *et al.* (2023) e Costa *et al.* (2023), um dos principais entraves é a barreira linguística e cultural, que impede a comunicação eficiente entre profissionais de saúde e pacientes. Essa dificuldade compromete a adesão aos tratamentos e gera desconfiança, especialmente quando práticas e crenças tradicionais são desconsideradas pelo modelo biomédico dominante. Fernandes *et al.* (2022) reforçam que a ausência de

intérpretes e a falta de preparo dos profissionais para lidar com a diversidade cultural resultam em atendimentos fragmentados e, muitas vezes, desumanizados.

A deficiência na formação profissional é outro aspecto recorrente. Estudos como os de Mendes *et al.* (2024) e Oliveira *et al.* (2022) apontam que muitos enfermeiros e médicos são designados para atuar em comunidades indígenas sem o devido treinamento intercultural, o que os leva a adotar estratégias improvisadas e, por vezes, ineficazes. Essa lacuna na qualificação gera insegurança e dificulta a criação de vínculos terapêuticos, prejudicando a continuidade do cuidado e compromete a efetividade do trabalho, dessa forma, termina evidenciando o distanciamento entre a formação universitária e as demandas reais da saúde indígena.

Em seu artigo Rocha *et al.* (2020) evidenciam que, diante das exigências da saúde indígena, a atuação da enfermagem depende de estratégias construídas no território, com diálogo intercultural, educação permanente e apoio institucional efetivo, o que reforça a necessidade de maior aproximação entre produção acadêmica e comunidade nos DSEI.

As condições estruturais e logísticas também figuram entre as maiores dificuldades. Gomes e Reis (2021) relatam que a escassez de insumos, o transporte precário e a distância entre aldeias e unidades

de saúde dificultam o acompanhamento das ações de prevenção e tratamento. Além disso, Santos *et al.* (2024) observam que a falta de apoio governamental e a descontinuidade de políticas públicas, especialmente em períodos de crise como a pandemia de COVID-19, agravaram a vulnerabilidade desses povos, evidenciando o descaso histórico do Estado.

Por fim, Guimarães *et al.* (2022) destacam a dificuldade persistente de preenchimento e reposição de vagas em comunidades indígenas, o que sobrecarrega os profissionais em atuação e interrompe a regularidade da assistência. De modo convergente, Schweickardt *et al.* (2020) apontam que a rotatividade histórica de médicos na saúde indígena fragiliza a organização dos serviços, enquanto a permanência mais estável das equipes favorece o vínculo, a reorganização do trabalho e a qualificação do cuidado.

Em síntese, as dificuldades enfrentadas no atendimento à população indígena no SUS resultam da intersecção entre desigualdades estruturais, lacunas formativas e barreiras culturais. Superá-las requer investimentos permanentes em infraestrutura, formação intercultural e participação efetiva das comunidades indígenas na construção e avaliação das políticas de saúde, assegurando que o direito à saúde seja exercido com equidade, respeito e dignidade.

Estratégias e práticas promotoras de um cuidado culturalmente sensível e humanizado

O atendimento à população indígena no Brasil é atravessado por múltiplas barreiras, entre elas a distância geográfica, a precariedade das estruturas de saúde, o preconceito e, sobretudo, as diferenças linguísticas e culturais. Diante desses desafios, os profissionais de saúde têm desenvolvido estratégias de adaptação, mediação cultural e práticas humanizadas que buscam promover um cuidado mais eficaz e respeitoso.

Estudos como o de Fernandes *et al.* (2022) evidenciam que a superação da barreira linguística é uma das ações mais urgentes no atendimento hospitalar. Nesse caso, o envolvimento de familiares e acompanhantes indígenas atuou como mediador da comunicação, favorecendo a adesão ao tratamento e a confiança no cuidado. Da mesma forma, Oliveira *et al.* (2022) apontam que o diálogo constante e o uso de intérpretes ou agentes de saúde locais são essenciais para evitar rupturas na continuidade do tratamento, especialmente durante a transição entre níveis de atenção.

Outro eixo importante de atuação é a adaptação cultural das práticas de cuidado, conforme descrito por Gomes e Reis (2021) e Muniz *et al.* (2024). Os profissionais entrevistados relataram que ajustam suas condutas e linguagem de acordo com os

costumes e crenças das comunidades, respeitando rituais, horários e práticas tradicionais. Essa integração entre o saber biomédico e o conhecimento indígena fortalece o vínculo entre equipe e comunidade, resultando em uma assistência mais acolhedora e eficaz.

A formação e a sensibilização cultural também surgem como ferramentas fundamentais. De acordo com Mendes *et al.* (2024) e Costa *et al.* (2023), a carência de preparo técnico é compensada, em muitos casos, por atitudes de escuta ativa, empatia e aprendizagem em campo. Os profissionais passam a valorizar o aprendizado direto com as lideranças indígenas, reconhecendo a importância dos agentes de saúde indígenas como pontes entre os dois sistemas de cuidado.

Em experiências de extensão universitária, como as relatadas por Tatibana *et al.* (2024) e Gomes *et al.* (2023), a educação dialógica e participativa mostrou-se eficaz para construir confiança e reduzir estereótipos. O uso de metodologias criativas — como teatro mudo, oficinas e atividades coletivas — contribuiu para aproximar estudantes, profissionais e comunidades, promovendo trocas de saberes e valorização da cultura local.

Essas iniciativas demonstram que o enfrentamento das barreiras na saúde indígena vai além da dimensão técnica: trata-se de um exercício constante de interculturalidade e

escuta sensível. O sucesso das políticas públicas depende, portanto, da capacidade dos profissionais de compreender e incorporar as especificidades culturais desses povos, transformando o cuidado em um espaço de diálogo, respeito e construção conjunta de saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que, embora tenham ocorrido avanços relevantes no âmbito das políticas públicas, das diretrizes normativas e dos programas voltados à saúde indígena, persistem inúmeros desafios que dificultam a efetivação de um cuidado realmente equânime, integral e culturalmente sensível. As barreiras estruturais, organizacionais e socioculturais ainda limitam o acesso dos povos indígenas aos serviços de saúde de forma justa e respeitosa às suas especificidades.

Diante desse cenário, torna-se indispensável investir de forma sistemática na formação em saúde voltada à realidade indígena. Os achados indicam que a graduação e a educação permanente ainda carecem de conteúdos que abordem com maior profundidade a interculturalidade, os determinantes sociais da saúde indígena, o trabalho em território e as especificidades do acolhimento nos serviços. Recomenda-se, portanto, a inclusão de disciplinas, estágios e ações extensionistas voltadas aos povos

indígenas, além de processos formativos contínuos para profissionais vinculados aos DSEI e à rede de atenção do SUS.

Por fim, evidencia-se a importância de pesquisas futuras que aprofundem o impacto da rotatividade profissional nos DSEI, analisem mais profundamente a relação entre universidade, SESAI e serviços de saúde, e incluam com maior centralidade a perspectiva dos próprios povos indígenas sobre o cuidado recebido. Estudos dessa natureza podem contribuir para a formulação de políticas públicas mais coerentes com a diversidade sociocultural brasileira e para a construção de uma atenção à saúde mais equitativa, humanizada e comprometida com os direitos dos povos indígenas.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Tércia Millene de Almeida *et al.* Cultura e espaço de cuidado às crianças indígenas: adaptação cultural hospitalar na perspectiva dos profissionais. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 16, n. 3, p. 1–26, 2024. DOI: 10.55905/cuadv16n3-089.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas*. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. DOI: 10.1191/1478088706qp063oa.

CARVALHO, Matheus Barros *et al.* Estratégia saúde da família em uma aldeia indígena localizada no interior do Maranhão. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 3, p. 5842-5849, 2020. DOI: 10.34119/bjhrv3n3-146.

COSTA, Amanda Crivelli da; SANTOS, Ávila Duarte dos; SILVA, Agnes Sousa. Saúde indígena: desafios encontrados pelos enfermeiros para atender às necessidades de saúde de tribos indígenas do município de Ji-Paraná/RO. **Revista CPAQV – Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, v. 15, n. 3, p. 1-9, 2023. DOI: 10.36692/V15N3-53.

FERNANDES, Luciana Maria Furtado; LIMA, Anne Caroline Gonçalves; FORMIGOSA, Joana Dulce Cabral. Assistência de enfermagem a um paciente indígena em terapia intensiva em hospital universitário federal: relato de experiência. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 17, e277111739294, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i17.39294.

FRANCALINO, Alice Vital *et al.* Percepções da equipe de enfermagem no atendimento à população indígena em uma unidade básica de saúde na cidade de Manaus. **Revista Eletrônica Acervo Enfermagem**, v. 23, n. 2, e11741, 2023. DOI: 10.25248/REAEnf.e11741.2023.

GOMES, Vanessa de Oliveira; REIS, Deyvylan Araujo. Atuação da enfermagem na assistência à população indígena do polo base do interior do Amazonas. **Revista Nursing**, v. 24, n. 281, p. 6000-6005, 2021.

GUIMARÃES, Manoel Pereira *et al.* Programa Mais Médicos e as comunidades indígenas do norte da Bahia: relato de experiência. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 46, n. 1, p. 235-246, 2022. DOI: 10.22278/2318-2660.2022.v46.n1.a3576.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2022: Indígenas — **alfabetização, registros de nascimentos e características dos domicílios, segundo recortes territoriais específicos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://loja.ibge.gov.br/censo-demografico-2022-indigenas-alfabetizac-o-registros-de-nascimentos-e-caracteristicas-dos-domicilios-segundo-recortes-territoriais-especificos.pdf>. Acesso em: 17 out. 2025.

MENDES, Ana Paula Martins *et al.* Atuação profissional e as competências culturais necessárias para o trabalho na saúde indígena. **Revista Latino-Americana de Ambiente e Saúde**, v. 6, n. 1, p. 1-12, 2024. DOI: 10.5281/zenodo.14541653.

OLIVEIRA, Thays Santos *et al.* Vivências relatadas por profissionais de saúde na transição do cuidado de pessoas indígenas. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 11, e194111133467, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i11.33467.

ROCHA, Eron Soares Carvalho *et al.* Saúde indígena em tempo de COVID-19: o protagonismo da enfermagem. In: TEODÓSIO, S. S. S.; LEANDRO, S. S. (orgs.). *Enfermagem na atenção básica no contexto da COVID-19*. 2. ed. rev. Brasília, DF: **Editora ABEn**, 2020. p. 73-80. (Série Enfermagem e Pandemias, v. 3). DOI: 10.51234/aben.20.e03.c11.

SANTOS, Silvia Rodrigues dos; FINKLER, Mirelle; VERDI, Marta. Proteção e acesso à saúde dos povos indígenas no Brasil no contexto pandêmico: a insurgência indígena.

Revista Iberoamericana de Bioética, n. 26, p. 1-15, 2024. DOI: 10.14422/rib.i26.y2024.005.

SCHWEICKARDT, Júlio César *et al.* O Programa Mais Médicos na saúde indígena: o caso do Alto Solimões, Amazonas, Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 44, e24, 2020. DOI: 10.26633/RPSP.2020.24.

SOUZA, Larissa Vieira de *et al.* Ala hospitalar diferenciada para indígenas: um olhar sobre o atendimento culturalmente sensível. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 15, e12863, 2023. DOI: 10.9789/2175-5361.rpcf.v15.12863.

TATIBANA, Berenice Tomoko *et al.* Relato de experiência: formação técnica profissional e educação inclusiva através da promoção da saúde bucal em uma comunidade indígena. **Revista Stricto Sensu**, v. 9, n. 2, p. 51-59, jul./dez. 2024. DOI: 10.24222/2525-3395.2024v9n2p051.

VASCONCELOS, Paula Fernanda de *et al.* A atuação da enfermagem na atenção diferenciada à saúde indígena: desafios e perspectivas. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 5, n. 11, p. 72-89, nov. 2023. DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.2023.11.72-89.

VIEIRA, Mariana Ribeiro *et al.* Ala hospitalar diferenciada: reflexões sobre a humanização e o respeito intercultural no cuidado ao paciente indígena. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 77, n. 1, e20221345, 2024. DOI: 10.1590/0034-7167-2022-1345.